EDUCAÇÃO SEXUAL COMO INSTRUMENTO DE ENFRENTAMENTO À **VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:**

caminhos possíveis para as políticas públicas

Sylvia Nikitskaja Barragat Maniaudet¹ Silvana Barros dos Santos Teixeira²

RESUMO

Este artigo tem a finalidade e propor uma reflexão teórica acerca da educação sexual como forma de prevenção à violência sexual cometida contra crianças e adolescentes. O método utilizado teve por base revisão bibliográfica de documentos produzidos sobre a temática, considerando como a condução das políticas públicas pode impactar na violação dos direitos deste segmento da população. Observa-se que a educação sexual pode ser uma ferramenta efetiva no enfrentamento da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes, proporcionando acesso a informações relacionadas a sexualidade, além de prevenir e identificar possíveis violações de direitos.

Palavras-chave: Educação sexual; gênero; prevenção primária; políticas públicas.

ABSTRACT

This article aims to propose a theoretical reflection about sex education as a way of preventing sexual violence against children and adolescents. The method used was based on a literature review of documents produced on the subject, considering how the conduct of public policies may impact on the violation of rights of this segment of the population. It is observed that sex education can be an effective tool in combating sexual violence against children and adolescents, providing access to information related to sexuality, in addition to preventing and identifying possible violations of rights.

Keywords: Sex education; gender; primary prevention; public policies.

1 INTRODUCÃO

O presente artigo tem como objetivo proporcionar uma reflexão teórica acerca da necessidade de desconstrução de tabus e opiniões pautadas em preconceitos que envolvem as percepções sobre a educação sexual, com base em revisão bibliográfica em torno do tema da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes e as políticas públicas para o seu atendimento.

² Assistente social e aluna do curso de Doutorado Acadêmico em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: silvbs22@gmail.com.















¹ Assistente social e aluna do curso de Mestrado Acadêmico em Servico Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: sylviabarragat@yahoo.com.br.

Familiares, especialmente os responsáveis, são sujeitos fortemente presentes nos espaços de socialização de crianças e adolescentes, atravessando diretamente suas vivências. Deste ponto de partida, considera-se de suma importância a presença destes cuidadores no processo de discussão sobre o presente tema como finalidade precípua da prevenção à violência.

Conforme o Relatório Mundial Sobre a Violência e Saúde (RMSVS) publicado no ano de 2002, a violência é algo que pode ser evitado tendo seu impacto minimizado, articulando-se, para isso, ações sociais, econômicas, políticas e culturais para a modificação da realidade.

[...] Esforços em saúde pública evitaram e reduziram, em muitas partes do mundo, complicações ligadas à gravidez, lesões ocupacionais, doenças infecciosas e doenças resultantes de alimentos e água contaminados. Os fatores que contribuem para respostas violentas – sejam eles de atitude e comportamento ou relacionados a condições mais abrangentes sociais, econômicas, políticas e culturais – podem ser mudados. (OMS, 2002, p.3).

Compreendendo que estatísticas que retratam a violência no Brasil podem ser "transformadas", a presente reflexão defende que a concepção de prevenção primária deve assumir um caráter urgente na condução das políticas públicas, uma vez que esta perspectiva busca evitar a violência antes que ela ocorra. O relatório supracitado reitera:

[...] as intervenções de saúde pública são, tradicionalmente, caracterizadas em termos de níveis de prevenção: Prevenção primária - abordagens que visam a evitar a violência antes que ela ocorra. Prevenção secundária - abordagens que têm como foco as respostas mais imediatas à violência, tais como assistência pré-hospitalar, serviços de emergência ou tratamento de doenças sexualmente transmitidas após um estupro. Prevenção terciária - abordagens que visam à assistência em longo prazo no caso de violência, tais como reabilitação e reintegração, e tentam diminuir o trauma ou reduzir a invalidez de longo prazo associada à violência. (OMS, 2002, p.15).

No que tange especificamente à violência sexual cometida contra crianças e adolescentes, há o agravante de reconhecer que esta é uma relação desigual, onde está posto o uso de poder do mais forte sobre o mais fraco, o qual, devido a esta condição, permanece subjugado e suscetível à ação violenta. Nas palavras de Oliveira (2007, p. 53):

[...] todas as formas de violência praticadas contra crianças e adolescentes assentam-se sobre relações de poder desiguais, com imposição do desejo e/ou das necessidades do/a mais forte sobre o/a outro/a. Pressupõem, ainda, certa inadequação – de variadas formas e em maior ou menor grau – da















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

pessoa que ocupa esta posição privilegiada de ascendência sobre crianças e adolescentes.

Desta forma, considera-se que a manutenção ou a inserção de discussões continuadas sobre gênero e sobre educação em sexualidade nos currículos escolares pode constituir-se como um instrumento de prevenção primária com vistas a prevenir a violência sexual.

A Organização das Nações Unidas (ONU) enfatiza que a educação sexual está relacionada à promoção de direitos humanos, sendo direitos infanto-juvenis: o acesso à informação, educação, lazer, cultura, saúde, entre outros. Com isso, a ONU contribui com o debate sobre educação sexual, apoiando a inserção desta temática nos currículos escolares. Conforme o parecer da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO³ (2013, p. 7):

[...] a educação em sexualidade pode ser entendida como toda e qualquer experiência de socialização vivida pelo individuo ao longo de seu ciclo vital, que lhe permita posicionar- se na esfera social da sexualidade. A educação em sexualidade está presente em todos os espaços de socialização – família, escola, igreja, pares, trabalho, mídia –, mas ocorre de forma pulverizada, fragmentada e desassociada de um plano de sociedade inclusiva baseada nos direitos humanos. Portanto, torna-se relevante a atuação do sistema educacional na tarefa de reunir, organizar, sistematizar e ministrar essa dimensão da formação humana.

A educação em sexualidade é pensada aqui, portanto, como instrumento que torna um repertório de informações acessível aos espaços de convivência de crianças e adolescentes, oferecendo-lhes subsídios para quebra de tabus e rompimento com a violência, uma vez que proporciona espaço para discussão do assunto. Em caso de constatação de violações de direitos, o acesso à informação possibilita recorrer às intervenções profissionais, podendo, inclusive, minimizar danos produzidos pelas violências sofridas.

Nesse sentido, é importante reconhecer que a instituição escolar se apresenta, em muitos casos, como um canal de rompimento da violência e da coerção veladamente imposta pelo agressor. A escola tem um potencial território

³ Este material, desenvolvido pela UNESCO Brasil por técnicos e especialistas, ilustra a experiência no Brasil sobre educação em sexualidade, trazendo como resultado a sistematização das contribuições recebidas de todo o país















Sociais na Superação da Barbárie

para o diálogo acerca desse tema, uma vez que é espaço privilegiado de interação, socialização e aprendizagem de crianças e adolescentes e, também, de interlocução com suas famílias. Deste modo, assumir discussões transversais sobre gênero e sexualidade no espaço escolar, mediante um processo dialógico que envolva famílias e comunidades pode ser considerado um dos caminhos possíveis de enfrentamento da realidade da violência sexual contra a população infanto-juvenil.

2 VIOLÊNCIA SEXUAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇO SOCIAL

Segundo dados do Disque 100⁴, em 2019, no Brasil, foram contabilizadas 76.216 denúncias de violência envolvendo crianças e adolescentes. Desse total, 17.093 (22,42%) referiam-se à violência sexual. Com o cenário atual de pandemia de Covid-19⁵ que se iniciou no ano de 2020 e vem se prolongando por 2021, medidas de restrição de convívio foram necessárias, impondo o fechamento de escolas e o isolamento social. Assim, acredita-se que crianças e adolescentes ficaram ainda mais suscetíveis à violência, principalmente a violência sexual, devido à dificuldade em realizar notificações.

Contudo, aponta-se uma queda significativa nas notificações de violência sexual no que se refere ao ano de 2021. Embora tal queda possa aparentar um quadro com menor índice de violência, na realidade, tais dados corroboram com um cenário de subnotificação agravada em decorrência da pandemia e da inevitável restrição de acesso aos espaços públicos, em razão da necessidade de contenção da disseminação do vírus.

O impacto da violência sexual pode ocasionar sérias consequências, afetando a vítima tanto em aspectos internos (danos psicológicos, capacidade de resiliência, medo, raiva, frustração); como em questões advindas de fatores externos, por exemplo: exposição diante de familiares, amigos e conhecidos; alteração na



PROMOTORES













⁴ O Disque 100 é um serviço telefônico para recebimento, encaminhamento e monitoramento de denúncias de violações de direitos humanos.

⁵ Vale destacar que o presente artigo foi elaborado em período de pandemia de Covid-19, quando o Brasil apresentava um quadro de óbitos de aproximadamente 579 mil pessoas.

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

dinâmica familiar; impactos nos recursos financeiros; bem como nos meios de cuidado e no acesso aos tratamentos. Violências sexuais, como o abuso sexual, trazem consequências que podem se arrastar ao longo de toda a vida de suas vítimas. De acordo com Marceline Gabel (1997, p. 73-74):

[...] na maior parte dos casos, a vítima de abuso sexual continua a sofrer as sequelas muito tempo depois de ter vivido essa violência. Em tal contexto de fragilização, uma jovem pode, com mais facilidade que outra, sentir-se ameaçada e até agredida, quando na realidade não há nenhuma evidência que corrobore seus receios.

No contexto brasileiro da atualidade, em que políticas sociais têm recebido cada vez menos investimentos, o acesso dificultado aos serviços públicos, seletivos e precarizados, faz com que vítimas que disponham de pouco poder aquisitivo permaneçam longo tempo em filas de espera para receber atendimento especializado. Assim, torna-se evidente como as expressões da questão social intensificam-se sobre famílias oriundas de classes sociais empobrecidas, as quais também são mais suscetíveis ao controle e vigilância do Estado. Uma família de maior poder aquisitivo, por sua vez, além de custear possíveis tratamentos via instituições privadas, pode fazê-lo sem que a violência venha a ser conhecida pelos órgãos públicos, contribuindo para a subnotificação dos casos. Portanto, no que se refere à violência sexual, seus rebatimentos internos ou externos podem ser intensificados ou relativizados pelas condições de existência dessas famílias. Assim, não se pode ignorar o impacto social dessas contradições que não só denunciam a precariedade das políticas, como expressam o antagonismo existente entre classes sociais.

O modo de produção da sociedade capitalista exprime fortes aspectos de desigualdade, a partir das contradições por ele produzidas e cujos rebatimentos atingem diretamente a classe trabalhadora, sendo a questão social, essencialmente, a contradição fundamental produzida na relação social entre classes cujos interesses são antagônicos. De acordo com lamamoto (1991, p. 77):

[...] a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu surgimento no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia [...].

Sendo a questão social uma discussão central para a profissão do Serviço Social, que a partir de seu movimento de reconceituação, assumiu hegemonicamente

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

um projeto profissional comprometido com a luta em prol dos direitos da classe trabalhadora; tais profissionais lidam cotidianamente com demandas que os convoca para o enfrentamento às desigualdades inerentes à sociedade capitalista. Nesse sentido, os assistentes sociais são chamados constantemente a propor intervenções com o intuito de ampliar o acesso às políticas públicas e aos direitos sociais, promovendo, assim, a melhoria das condições de vida da população usuária de seus serviços.

A atuação profissional comprometida com a universalização das políticas sociais públicas não se isenta de pensá-las criticamente ao reconhecer o seu teor contraditório, uma vez que estas também são produtos do modo de produção capitalista e visam a atender à necessidade de consenso entre as classes. Entretanto, na realidade atual, as políticas sociais também se constituem importante instrumento de acesso a direitos, fruto da luta social da classe trabalhadora. Nas palavras de Netto (1992, p. 29):

[...] não há dúvidas de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, a que o Estado, por vezes, responde por antecipações estratégicas. Entretanto, a dinâmica das políticas sociais está longe de esgotar-se numa tensão bipolar — segmentos da sociedade demandantes/Estado burguês no capitalismo monopolista. De fato, elas são resultantes extremamente complexas de um complicado jogo em que protagonistas e demandas estão atravessados por contradições, confrontos e conflitos.

No enfrentamento à violência sexual, a partir da virada dos anos 2000, no Brasil, avanços fundamentais foram materializados com o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Criança e Adolescente (PNEV) aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), tornando-se uma referência para a atuação de organizações não governamentais (ONG´s) e para mobilizações sociais.

Segundo o PNEV, políticas, programas e serviços precisam ser compostos em seis eixos, sendo a "prevenção" um eixo essencial, dentro do qual estão contempladas ações educacionais, de sensibilização e de autodefesa, aspectos que podem ser viabilizados por meio da educação em sexualidade.

A educação sexual pode viabilizar-se como instrumento de política pública tornando-se ferramenta útil na prevenção ao abuso sexual, pois, de posse de





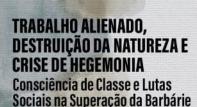












conhecimentos sobre o corpo e sobre a desconstrução de tabus, crianças e adolescentes estarão em melhores condições de exercer sua autonomia. Desta forma, o sexto eixo previsto no PNEV (Brasil, 2013, p. 9) que traz em si o "Protagonismo Infantojuvenil" pode tornar-se mais realizável e menos utópico ao buscar "promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e na execução de políticas de proteção de seus direitos".

3 FAMÍLIAS E CONSERVADORISMO

A educação sexual, portanto, como instrumento de acesso a informações para o universo infanto-juvenil, pode proporcionar a realização de um diálogo aberto com crianças, adolescentes e famílias. Munidos de informações, crianças e adolescentes terão melhores oportunidades para o exercício de sua autonomia, dispondo de seu poder de fala, abrindo-se a possibilidade de denúncia de eventuais riscos e violações.

A importância da participação da família nesta discussão está diretamente relacionada, ao papel que esta representa em nossa sociedade, como primeiro espaço de socialização e cuidado e, portanto, um ambiente propício ao desenvolvimento de sociabilidades e à desconstrução de preconceitos. As políticas públicas voltadas para um caráter preventivo das diversas formas de violência podem articular ações educativas e dialógicas não só com o intuito de proteger crianças e adolescentes, mas de proporcionar-lhes horizontalizados de participação social e de expressão de opiniões (TEIXEIRA, 2019). A família, neste sentido, tem fundamental importância, uma vez que, na prática, crianças e adolescentes têm suas liberdades e direitos condicionados à vontade da família.

Este condicionamento está normatizado, conforme demonstram, por exemplo, os papéis atribuídos às famílias pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS)6:

⁶ A Política Nacional de Assistência Social está fundamentada na articulação com outras políticas sociais epúblicas. Sua justificação encontra-se na definição da chamada Seguridade Social,



PROMOTORES













[...] a família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora dasrelações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentosentre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, pordesigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social. (BRASIL, 2009, p. 41).

Contudo, é importante ressaltar que, tendo em vista a importância da família como instituição de cuidado e de socialização para crianças e adolescentes, esta é também, em muitos casos, lugar de contradição, ou seja, também se constitui como espaço de violação de direitos. Os abusos sexuais, em sua maioria, ocorrem em ambiente doméstico e são cometidos por um membro da família. Tal afirmação demonstra como é necessário problematizar este papel da família protetora e provedora de cuidados firmado socialmente e materializado na PNAS.

Conforme Oliveira e Mioto (2019, p 10):

[...] reafirmando que o valor família é pouco discutido e frequentemente tomado por autoevidente, torna-se necessário problematizar a construção de seu sentido como necessariamente protetora e provedora de cuidados adequados a seus membros, bem como suas implicações para análise de interações permeadas por violência em seu âmbito.

Portanto, a compreensão do papel da família sobre o indivíduo é essencial, pois é no seu interior que este aprende e incorpora os instrumentos de socialização – língua, padrões de comportamento etc. Dentre as funções requeridas socialmente da família, ganha destaque o cuidado:

> [...] apresentado como forma de promoção de vida e bem-estar, corresponde ao estímulo e facilitação do processo de desenvolvimento das capacidades individuais dos membros da família, como também do grupo familiar, por meio da provisão de um ambiente físico e simbólico que favoreçam o crescimento mútuo. (RIBEIRO, 2016, p. 91).

Destaca-se que as famílias vivenciam diversas experiências de cuidado e, portanto, não é possível exigir que este se dê de maneira uniforme. Cada família formula suas formas próprias de se relacionar e se expressar, de acordo com suas

constituída pelo tripé: Saúde, como direito de todos; Previdência, de caráter contributivo; e, finalmente, a Assistência Social, para os que dela necessitarem.



PROMOTORES













vivências e suas condições materiais de existência. Assim, as formas de cuidado também seguem essas peculiaridades, como aponta Ribeiro (2016, p.50):

[...] as formas de cuidado não são uniformes, mas sim, peculiares a cada dinâmica familiar, ocorrendo a partir da rede de significados que cada um dos seus membros desenvolve durante a sua vida, atrelado ao contexto cultural, histórico e socioeconômico. Entender o significado de cuidar e como se desenvolve no cotidiano familiar é, portanto, um desafio, pois o mesmo está imbuído de um universo cultural de valores, crenças e vivências.

Ainda cercado por tabus e moralidades, o tema da educação em sexualidade e de aspectos relacionados à compreensão do gênero, por vezes, mantém-se permeado pelo silêncio e por resistências, produzidas não somente no interior das famílias, mas ecoadas por discursos presentes em toda a sociedade, sejam religiosos, políticos ou institucionais. Isso dificulta o debate acerca da temática e impede que se realize a prevenção.

É necessário refletir sobre a questão das identidades de gênero, visto que estão em constante transformação, devido às relações sociais, atravessadas por discursos, práticas e representações. Nas palavras de Louro (1997, p.23):

as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem.

Este reconhecimento acerca das definições de gênero torna-se fundamental para desnaturalizar as relações entre mulheres e homens, em suas diversas identidades, sendo essencial entendê-los através dessas diferenças culturais e evitando qualquer forma de preconceito, embasada no conservadorismo. Conforme Louro (1997, p. 21),

[...] é necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental.

A superação de aspectos conservadores pode viabilizar o acesso a direitos que, quando suprimidos, acarretam uma série de prejuízos individuais e sociais,

















TRABALHO ALIENADO, Destruição da Natureza e Crise de Hegemonia

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

conforme já exposto anteriormente. A maior ou menor eficácia das ações de prevenção depende de um esforço societário conjunto que planeje e desenvolva políticas públicas transversais que permitam a desconstrução de valores arraigados socialmente e de práticas sociais renitentes voltadas a crianças e adolescentes.

Na atual conjuntura brasileira, é possível notar a presença de um teor neoconservador que impede de avançar no tema, por exemplo, quando são recorrentes projetos de lei que buscam impedir a discussão sobre as temáticas de sexualidades e gênero nas escolas. Conforme Freire (2018 p.186)

[...] o neoconservadorismo mantém o discurso moralizante e preconceituoso, mas busca sua legitimação, também na legitimidade que constrói para a repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, dos pobres e da pobreza e da militarização da vida cotidiana.

No Brasil na década de 1990, o neoconservadorismo se alenta com a crise econômica e o avanço das medidas neoliberais no país, tendo este movimento se intensificado a partir de 2018 com o pleito eleitoral federal, que se apoiou em discursos moralizantes e em ataques às iniciativas de cunho mais progressista. Tais representantes afirmam temer que a educação sexual cause prejuízos no desenvolvimento de crianças. Contudo, considera-se que a moralização dos comportamentos dos indivíduos sociais também são expressão da composição de uma hegemonia conservadora erguida sob à égide do capitalismo.

[...] O neoconservadorismo existe há muito tempo como movimento não declarado contra a permissividade moral que o individualismo costuma promover. Nesse sentido, ele procura restaurar um sentido de propósito moral alguns valores de ordem superior que constituam o centro estável do corpo político. (HARVEY, 2014, p.93).

Harvey (2014) sinaliza que o crescente autoritarismo é uma reação neoconservadora à instabilidade do Estado neoliberal, uma vez que favorece o poder corporativo, a iniciativa privada e a restauração do poder de classes. Essa preocupação com a ordem busca oferecer uma resposta ao caos de interesses individuais fomentado pelo neoliberalismo. Assim, segundo o autor, o movimento neoconservador se mostra contrário à exacerbação do individualismo, procurando restaurar valores morais e legitimando-os por meio da própria intervenção estatal,

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

além de incentivar o retorno de um ideal nacionalista. O discurso neoliberal passa a se utilizar do nacionalismo e do moralismo como meio de garantir a sua sobrevivência e a manutenção do seu processo de acumulação, controlando o comportamento dos indivíduos e adequando-os à ordem do capital, mediante o fortalecimento do poder coercitivo autoritário.

Conforme Freire (2018 p.187),

[...] por esse motivo não bastaria garantir privatização, flexibilização, globalização, livre iniciativa, é preciso que o Estado também assuma responsabilidades morais, onde na educação são transferidas as responsabilidades típicas de escolas para as famílias e organizações sociais. É preciso atentar para a profundidade moral deste conservadorismo colado ao neoliberalismo.

Desta forma, é compreensível como os discursos presentes na sociedade atravessam a estrutura dos espaços públicos e privados, constituindo estereótipos, preconceitos e práticas, por vezes, violadoras de direitos. Torna-se evidente, portanto, a importância da presença da família na construção dos diálogos sobre questões de sexualidade e gênero em virtude de sua posição privilegiada como entidade que exerce forte influência sobre crianças e adolescentes, mas que também está sujeita às contradições das relações da sociedade e dos discursos produzidos em seu âmbito. O diálogo possibilita desconstruir práticas tradicionalmente moralizantes e criar caminhos possíveis para o estabelecimento de estratégias de prevenção à violência de forma equânime e participativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os mecanismos utilizados pelo Estado, com o objetivo de controlar a força de trabalho causam reflexos na vida dos trabalhadores e seus familiares, evidenciando as refrações da questão social. Assim, considera-se de total relevância a atuação do Serviço social nas estratégias de enfrentamento das expressões da questão social, lutando pela implementação e manutenção de políticas sociais públicas e de acesso a toda a população.

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

No que se refere ao enfrentamento da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes, torna-se imprescindível a realização de ações intersetoriais que incentivem o acesso igualitário e horizontalizado a informações sobre direitos, sexualidades e gênero, sendo o espaço escolar um local privilegiado para esta interlocução entre o público infanto-juvenil, família, Estado e sociedade.

Proporcionar estas discussões, por meio da educação em sexualidade nas escolas, além de garantir a materialização do eixo estratégico de prevenção do PNEV, pode se constituir uma ferramenta efetiva para o enfrentamento da violência sexual, desvelando práticas e percepções moralizantes que ainda permeiam as ações voltadas para crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Disque Direitos Humanos**: Relatório 2019. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Disque100Relatorio.pdf. Acesso em: 29 ago. 2021.

BRASIL. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Criança e Adolescente, maio de 2013. Disponível em:https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/08_2013_pnevsca.pdf. Acesso em 29 ago.2021.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Sociale Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Disponível https://www.mds.gov.br/ Social. 2009. em: webarquivos/publicacao/assistencia social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em 29 ago. 2021.

FREIRE, S. M. A instrumentalidade dos conservadorismos no atual contexto de hegemonia do capital. **Quadrantil** Rivista Internazionale di Filosofia Contemporanea, v. VI, n. 2, 2018. Disponível em: https://www.rivista quadranti.eu/riviste/08/Freire_12.pdf>. Acesso em 29 ago. 2021.

GABEL, M. (org.) **Crianças Vítimas de Abuso Sexual**. São Paulo: Summus, 1997.

HARVEY, D. O neoliberalismo: História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.















IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica, 8ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 1991.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pósestruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

NETTO, J.P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez,1992.

OLIVEIRA, A. C. Atuação em Redes em Casos de Violência contra Crianças e Adolescentes: desafios no reordenamento institucional. *In*: OLIVEIRA, A. C.; FERNANDES, N. C. B. B. (org.). **Violências contra Crianças e Adolescentes: redesde proteção e responsabilização**. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa, 2007, p. 53–71.

OLIVEIRA, A. C; MIOTO, R.C.T. Famílias, Cuidados e Políticas Públicas. **Revista O Social em Questão**, ano XXII, n. 43, jan-abr (2019). Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_43_Apresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2021.

Organização Mundial de Saúde (OMS). **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002. Disponível em: https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201706/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2021.

RIBEIRO, T. S. Cuidar em Família: uma análise sobre os significados atribuídos por famílias atendidas no Centro Cultural "A História Que Eu Conto". 2016, 164 f.Dissertação (Mestrado em Serviço Social do Departamento de Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/27557/27557.PDF>. Acesso em: 29 ago. 2021.

TEIXEIRA, S. B. S. Os desafios da participação social da criança e do adolescente na sociedade contemporânea. In: **Anais do Evento 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais** (CBAS) – 40 anos da "virada" do Serviço Social. Brasília: CFESS, 2019. Disponível em: < https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1138>. Acesso em: 29 ago. 2021.

UNESCO. Orientações Técnicas de Educação em Sexualidade para o Cenário Brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/ Brasilia/pdf/Orientacoes_educacao_sexualidade_Brasil_preliminar_pt_2013.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2021.













